

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 09 de março de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de

caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 48 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, as taxas anuais são de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até a sua realização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2017 não foram identificadas perdas.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e contribuição social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 48 dias e a perda reconhecida foi de 0,045% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos	6.556	6.459	6.556	6.459
Aplicações financeiras/disponibilidades	12.452	11.417	12.452	11.417
Contas a receber de clientes	19.008	17.876	19.008	17.876
ACC	-	(1.890)	-	(1.890)
Investimentos	(432)	(699)	(432)	(699)
Empréstimos e financiamentos	(18.020)	(1.859)	(18.020)	(1.859)
	(18.452)	(4.448)	(18.452)	(4.448)
Exposição ativa líquida	556	13.428	556	13.428

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2017 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI DEZ17	7,00%	aa		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		7,00%			CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2017	R\$109.972	diversos	CDI	diversos	R\$120.256	R\$122.031	R\$123.807

Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato	R\$0	R\$1.775	R\$3.550
--	------	----------	----------

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475.08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Cientes mercado interno	197.677	235.931	221.556	245.098
Cientes mercado externo	12.452	11.417	12.452	11.417
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.954)	(3.764)	(8.808)	(7.618)
Total	205.175	243.584	225.200	248.897

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos fornecedores de arroz	141.724	174.302	141.724	174.302
Adiantamentos fornecedores diversos	5.337	6.081	5.337	6.081
Total	147.061	180.383	147.061	180.383

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Produtos acabados e semi - elaborados	56.289	67.597	56.289	67.597
Mercadorias para revenda	3.450	2.773	3.450	2.773
Matérias-primas	110.567	150.916	110.567	150.916
Outros	8.826	8.552	8.826	8.552
Imóveis	-	-	33.320	34.589
Total	179.132	229.838	212.452	264.427

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	49.242	47.395	49.242	47.395
INSS	433	433	433	433
ICMS	5.272	5.420	5.272	5.420
Saldo declaração	5.167	2.390	5.224	2.492
Refis Lei 11.941/09 (não consolidado)	3.894	-	3.896	-
Total	64.008	55.638	64.067	55.740
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
PIS, COFINS e ICMS s/ imobilizado	433	203	433	203
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.236	2.236	2.236

Outros créditos	229	229	229	229
Total	4.473	4.243	4.473	4.243

Os créditos reconhecidos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, e estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

O valor do REFIS, refere-se a parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 31.12.2017, perfazem um crédito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	373.038	49.500	13.735	7.520
Josapar Internacional	50	100	203	165	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2016	198.768	200	490	199.458	306.929	3.890	310.819
Reflexo ajustes em controladas	97	3	-	100	-	-	-
Dividendos a receber	(2.143)	-	-	(2.143)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	7.520	-	-	7.520	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	2.082	(2.357)	(275)
Em 31 de dezembro de 2017	204.242	203	490	204.935	309.011	1.533	310.544

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	496	73.793	27.746	17.193	244.654
Adições	-	-	-	2.842	6.687	89	9.618
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(106)	(7.620)	-	(2.748)	(13.030)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	390	71.477	28.603	17.902	241.242
Adições	901	174	-	835	5.400	179	7.489
Transferências	64	14.746	-	7.500	(24.989)	2.679	-
Depreciação	-	(2.704)	(78)	(7.978)	-	(2.959)	(13.719)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	312	71.834	9.014	17.801	235.012

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	1.946	74.233	29.369	17.556	248.530
Adições	-	-	-	2.842	6.687	406	9.935
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(445)	(7.624)	-	(2.887)	(13.512)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	1.501	71.913	30.226	18.443	244.953
Adições	901	174	59	835	5.399	222	7.590
Baixas	-	-	-	-	(1.000)	(5)	(1.005)
Transferências	64	14.746	-	7.500	(24.989)	2.679	-
Depreciação	-	(2.704)	(481)	(7.982)	-	(3.115)	(14.282)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	1.079	72.266	9.636	18.224	237.256

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	1.826	46	1.872	1.861	52	1.913
Depreciação	-	(28)	(28)	-	(31)	(31)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	1.826	18	1.844	1.861	21	1.882
Adição	-	48	48	-	48	48
Depreciação	-	(22)	(22)	-	(25)	(25)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	1.826	44	1.870	1.861	44	1.905

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2017 foi de R\$ 1.274 empresa e consolidado, em 2016- (R\$1.057 empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

O saldo do diferido no valor R\$58 foi integralmente amortizado neste exercício.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	6.249	6.192	6.249	6.192
Crédito Rural-EGF	-	41.039	-	41.039
Crédito Rural – recursos livres	117.582	61.140	117.582	61.140
Capital de giro	207.631	296.219	207.631	296.219
Arrendamento mercantil	72	-	72	300
Total	331.534	404.590	331.534	404.890
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	90	244	90	244
Capital de Giro – ACC	-	1.890	-	1.890
Capital de Giro-FINIMP	18.028	1.859	18.028	1.859
Total	18.118	3.993	18.118	3.993
TOTAL CIRCULANTE	349.652	408.583	349.652	408.883

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	26.809	32.000	26.809	32.000
Capital de giro	174.472	296.494	174.472	296.494
Crédito Rural – recursos livres	269.991	56.690	269.991	56.690
Total	471.272	385.184	471.272	385.184
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	343	455	343	455
Total	343	455	343	455
TOTAL NÃO CIRCULANTE	471.615	385.639	471.615	385.639

Vencimentos de longo prazo	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
----------------------------	------------	------------	------------	------------

2018	-	241.239	-	241.239
2019	346.563	126.403	346.563	126.403
2020	110.415	4.089	110.415	4.089
2021	4.665	3.936	4.665	3.936
2022	2.703	2.703	2.703	2.703
2023	2.147	2.147	2.147	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.791	1.791	1.791
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
Total	471.615	385.639	471.615	385.639

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,24% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,20% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,30% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,00% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	4,54% a.a
Capital de Giro	CDI	2,91% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 5.450 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	1.154	-	7.603	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.687)	-	1.252	(1.687)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	242	-	-	867	-
Ferragens Vianna S.A.	429	-	-	429	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	1.413	-	-	1.413	-
Outros	1.265	-	-	1.390	-
Em 31 de dezembro de 2016	4.503	(1.687)	7.603	5.351	(1.687)

Real Empreendimentos S.A.	1.648	-	9.747	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(2.109)	-	1.252	(2.109)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	326	-	-	951	-
Ferragens Vianna S.A.	557	-	-	557	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	1.830	-	-	1.830	-
Outros	1.736	-	-	2.040	(175)
Em 31 de dezembro de 2017	6.097	(2.109)	9.747	6.630	(2.284)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Tributos s/ deprec. Incentivada	158	326	158	1.176
IRPJ e CSLL diferidos(*)	3.313	9.178	3.313	9.178
Parcelamentos (**)	4.232	1.518	4.232	1.518
	7.703	11.022	7.703	11.872

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição social diferida	3.589	3.589	3.589	3.589
Imposto de renda diferido	9.942	9.942	9.942	9.942
	13.531	13.531	13.531	13.531

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição social diferida	(877)	(2.430)	(877)	(2.430)
Imposto de renda diferido	(2.436)	(6.748)	(2.436)	(6.748)
	(3.313)	(9.178)	(3.313)	(9.178)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Corrente				
Contribuição social	(2.904)	(8.103)	(4.486)	(9.685)
Imposto de renda	(8.111)	(22.087)	(12.373)	(26.394)
	(11.015)	(30.190)	(16.859)	(36.079)
Diferido				
Contribuição social	1.667	757	1.681	757
Imposto de renda	4.630	2.117	5.131	2.117
	6.297	2.874	6.812	2.874
	(4.718)	(27.316)	(10.047)	(33.205)

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	23.870	58.017	35.353	69.056
Eliminações-.ajustes efeito controlada	-	-	6.154	5.560
	23.870	58.017	41.507	74.616
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(8.116)	(19.726)	(14.112)	(25.369)
Exclusões (adições) permanentes	(1.294)	(1.641)	(1.294)	(1.641)
Exclusões (adições) temporárias	(1.830)	(9.391)	(1.830)	(9.391)
Efeito tributação em controlada	-	-	667	(246)
Outros	6.522	3.442	6.522	3.442
	(4.718)	(27.316)	(10.047)	(33.205)

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentada por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 a companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$ 14.554 –(R\$13.596 em 2016).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do exercício	19.152	30.701
Reserva legal	(958)	(1.535)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	18.194	29.166
Dividendos propostos - 30%	5.458	8.750

Os dividendos propostos correspondem a R\$515,15 -(R\$825,82 em 2016) por lote de mil ações ordinárias e R\$566,66 -(R\$908,40 em 2016) por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custos dos produtos	(756.381)	(782.255)	(757.776)	(782.255)
Despesas com vendas	(143.193)	(162.170)	(143.193)	(162.170)
Despesas gerais e administrativas	(78.902)	(88.044)	(106.384)	(111.167)
Outras receitas	5.308	1.082	6.565	1.298
	(973.168)	(1.031.387)	(1.000.788)	(1.054.294)

	Controladora		Consolidado	
Por natureza:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Depreciações e amortizações	(13.756)	(13.022)	(14.322)	(13.507)
Despesas com pessoal	(79.475)	(78.243)	(84.566)	(82.029)
Matérias primas e materiais	(556.905)	(577.187)	(558.301)	(577.187)
Frete	(79.666)	(93.783)	(79.666)	(93.783)
Outras	(243.366)	(269.152)	(263.933)	(287.788)
	(973.168)	(1.031.387)	(1.000.788)	(1.054.294)

No exercício findo em 31.12.2017, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$8.770 -(R\$9.568 em 2016), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M\$	Vigência
-----------	-------------------	------	---------------------	----------

Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Junho 2019
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2018
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2018
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2018
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2018
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2018
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril 2018

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PIS e COFINS	-	1.100	-	1.100
Imposto de renda retido na fonte	-	334	-	334
Imposto de renda e contribuição social	5.442	1.734	5.442	1.740
	<u>5.442</u>	<u>3.168</u>	<u>5.442</u>	<u>3.174</u>

A Companhia possui débitos parcelados incluídos no Refis Lei 11.941/2009 e Lei 12.973/2014. Neste exercício, aproveitando o benefício de redução da multa e juros da Lei 13.496/2017, a companhia aderiu ao Parcelamento Especial-PERT, incluindo o valor de R\$4.447, líquido das reduções. Os tributos incluídos nestes parcelamentos decorrem de glosas de despesas e compensações de créditos pendentes de homologação, os quais vinham sendo discutidos judicialmente. Ainda neste exercício a Companhia logrou êxito em processo sobre discussão de saldo negativo de IRPJ, o qual havia sido incluído no parcelamento lei 12.973/2014, no valor de R\$1.434.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$5.442 (controladora e consolidado), em 2016 R\$3.168 (controladora) e R\$3.174 (consolidado).

O saldo dos parcelamentos, esta sendo apresentado na rubrica "obrigações sociais e tributárias", no circulante R\$1.210(controladora e consolidado), em 2016 R\$1.650 (controladora) e R\$1.656 (consolidado). No não circulante R\$4.232(controladora e consolidado), e em 2016 R\$1.518 (controladora e consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2017, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$194.760

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para contingências	78.869	79.215	80.295	80.641
(-) Depósitos judiciais	(3.010)	(2.561)	(4.436)	(3.987)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	75.859	76.654	75.859	76.654

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS, essa na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida em 2004 por Sonae Distribuição do Brasil (sucetida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada em primeiro grau parcialmente procedente, com a condenação ao pagamento de R\$38.981. A companhia protocolou apelação que foi julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando o provimento parcial às suas pretensões e reduzindo o valor inicial de condenação de R\$38.981 para R\$17.737, reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. e IGP-M contados do ajuizamento da ação em março de 2004. As partes interpuseram os embargos de declaração, agravo de instrumento e execuções provisórias, em grau de recurso no Supremo Tribunal de Justiça - STJ. Os consultores legais mencionam que os recursos especiais das rés sustentam teses idôneas, cujo exame, e no entender, não implica reexame de prova e, se tais recursos forem apreciados e providos, terão possibilidade jurídica de reversão de condenação das rés ou pelo menos da solidariedade passiva atribuída a REAL EMPREENDIMENTOS. A probabilidade objetiva é a de não se oportunizar a redução dos atuais parâmetros da condenação ao pagamento de pretensão de R\$17.737, sobre a qual persiste a discussão sobre a atualização e juros. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela REAL EMPREENDIMENTOS, de valor comprovadamente suficiente.

Cumprir destacar que a companhia impetrou em 2000 processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal processo obteve sentença favorável por repercussão geral no julgamento do Supremo Tribunal Federal, com acórdão publicado em 02 de outubro de 2017. A Companhia juntamente com os consultores legais apurou os valores não contabilizados, que atualizados somam R\$72.300 em 31.12.2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lauro de Oliveira Lapa
(Presidente)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice- Presidente)
Ary Teixeira de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice Presidente e de
Relações com Investidores)
Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)
Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772